

DEBATE NA CONSTITUINTE: O PLEITO DA COMARCA

# Somos todos confederados

POTIGUAR MATOS

**P**ossivelmente alguém se espante com o projeto do Deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), apresentado à Assembléia Nacional Constituinte, reivindicando a restauração e reintegração a Pernambuco da Comarca do Rio São Francisco. Um pleito anacrônico? — poderão perguntar alguns desinformados.

Um pleito atualíssimo e que jamais sofreu solução de continuidade ao longo da História. Basta lembrar alguns momentos incisivos: em 1827, o Marquês de Inhambupe apresenta o primeiro projeto reivindicatório; em 1843 é toda a Assembléia Provincial de Pernambuco que representa "perante a augusta Assembléia Imperial" contra a clamorosa injustiça praticada; na outra ponta do tempo, já junto a nós, em 1961, o projeto de lei número 3.011, do Monseñor Arruda Câmara, candentemente argumentado.

De permeio, toda uma notável obra de pesquisa e reconstituição histórica feita por notáveis figuras de nossa historiografia, pondo a descoberto a violência imperial e a densidade do direito pernambucano.

O pleito da Comarca, como o deus Janus dos romanos, tem duas faces: uma, a territorial; outra, a cívica e moral. Foram tomados de Pernam-

buco, pelo arbítrio imperial, cerca de 140 mil quilômetros quadrados. É uma área maior do que a do próprio Pernambuco atual. Maior do que Portugal, ou a Nicarágua, mais de três vezes a Holanda, cerca de seis vezes o Estado de Israel...

Pergunta-se: sendo a representação das Províncias e Estados, respectivamente, no Império e na República, na Câmara de Deputados, proporcional, quanto não terá perdido Pernambuco, com o enfraquecimento de sua representação, quando em debate questões regionais?

A restauração da Comarca e sua reintegração a Pernambuco é uma justiça que a Federação lhe deve. Num segundo momento, a consulta aos antigos comarcões, a respeito do destino definitivo que pretendem, será um mandamento democrático: o reconhecimento de uma faculdade irrenunciável, a de decidirem os povos o seu próprio destino.

Há, ainda, a outra face. Sem bairrismos, é preciso considerar bem a lição de Manoel Bomfim: "É honra de brasileiro reconhecer que, desde a reação contra o holandês, Pernambuco dava o tom nacional a esta Pátria." Ou este julgamento consagrado de Armitage: "Os habitantes de Pernambuco haviam-se feito célebres pelo seu espírito democrático." A Confederação do Equador, depois da Independência, foi o primeiro

grande grito brasileiro em defesa da Liberdade, da Democracia e do Federalismo. A ideologia do movimento pode ser estudada na obra de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, a figura maior da Revolução. Pernambuco se erguia contra a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte e a outorga de uma carta de Direitos pelo arbítrio do Imperador.

Por isso perdemos, como castigo, a grande Comarca; por isso tivemos 15 revolucionários enforcados e um fuzilado — Frei Caneca, no Recife.

Esses são os heróis que o Brasil ainda não anistiou, como se continuasse prestigiando as doutrinas de força, os subterrâneos da tortura, a violência institucionalizada. Desta reparação moral, Pernambuco jamais abrirá mão. Se o fizesse negaria sua história, perderia a identidade, se transformaria no que jamais foi, animal de rebanho, tangido pelos rebenques do poder enlouquecido.

As armas que abateram Frei Caneca continuam apontadas contra a liberdade. De algum modo, somos todos, hoje, confederados. A nação nos deve essa satisfação. Nossa dívida com Caneca jamais prescreverá. Como disse dele o poeta Audálio Alves: "Caíste, mas ao cair deixaste o pensamento livre"...

Potiguar Matos é jornalista e professor-adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.

# Herdeiros de Duarte Coelho

WILSON LINS

**É** uma aberração histórica pretender-se que a Bahia "devolva" a Pernambuco a margem esquerda do São Francisco, desbravada e desenvolvida por baianos. É verdade que a Capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitânia, tinha como limite, a separá-la da Bahia, o Rio São Francisco. Também é verdade que, ao se estabelecer o Governo Geral no Brasil, tais limites foram reconhecidos.

Mas uma coisa era a Capitania Hereditária de Pernambuco, que, como senhoria feudal, representava dignidades individuais, intransmissíveis, mas transmissíveis por herança, e outra a Província de Pernambuco, cujos limites continuaram os mesmos da Capitania até o dia em que a chamada Comarca do São Francisco foi dela desmembrada. A dar-se acolhida ao argumento histórico, nenhum dos dois atuais Estados federados tem direito à vasta faixa

territorial ora reclamada pelos constituintes pernambucanos, pois a partir de 1763, coincidentemente ano em que o Governo Geral foi transferido para o Rio de Janeiro e teve início a construção do Caminho Novo de Garcia Paes, até quase a Proclamação da República, de ambas as margens do rio o imenso sertão que compreendia a mitológica Comarca não era visto nem ouvido pelos governos sediados no Recife e em Salvador. Quando Pedro I, por um ato de sua vontade, desmembrou a área de Pernambuco, incorporando-a provisoriamente à Bahia, tornando em seguida essa incorporação definitiva, a divisão territorial do País apenas se esboçava.

Por conseguinte, qualquer que seja o ângulo pelo qual a questão possa ser posta, não cabe a Pernambuco, 170 anos depois do desmembramento e incorporação, reclamar os seus direitos sobre esse território. Bem ou mal, a Bahia investiu no seu desenvolvimento, por quase dois séculos. De Casa Nova a Barreiras, de escolas, justiça, segurança, vias de

comunicação e transporte, fazendo com que surgissem por toda a vasta região cidades prósperas e campos cultivados. Para tê-la de volta, se é que em algum tempo, fora dos dias da caça ao índio, a teve de fato, Pernambuco estaria expoliando a Bahia num patrimônio material incalculável, e numa herança cultural sem preço.

E o descompasso histórico que representaria a desanexação, transferindo para Pernambuco todo um passado que pertence à Bahia! Os herdeiros de Duarte Coelho, até hoje, nada cobraram do governo baiano, mas os herdeiros dos Governadores Luís Viana, Antonio Balbino e Luís Viana Filho se conformariam em perder para Pernambuco a biografia dos seus maiores? Felizmente João Gilberto nasceu em Juazeiro, eliminando a possibilidade de Pernambuco se tornar a pátria do Papa da Bossa Nova.

Wilson Lins é escritor e membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.